

**EDITAL DE LEILÃO DE 1 E 2 LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

**VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE PARANAÍ**

**PROCESSO NÚMERO:** 0010529-60.2020.8.16.0130

**REQUERENTE:** ESPÓLIO DE EULINA MARIA DE ALCÂNTARA; ESPÓLIO DE MANOEL JOSÉ DE ALCANTARA, REPRESENTANTE SANDRA MAURA DE ALCANTARA.

**REQUERIDO:** GILBERTO JOSE DE ALCANTARA.

**LEILÃO NO MODO ELETRÔNICO, LEILOEIRA SANDRA DE FÁTIMA SANTOS, JUCEPAR** matrícula 22/364-L, Leiloeira Pública Oficial, nomeada pelo M.M. Juiz desta Comarca, faz ciência aos interessados e, principalmente, aos executados/devedores, que no processo indicado venderá os bens discriminados, pelo maior lance, em LEILÃO PÚBLICO a ser realizado por meio eletrônico (online) através da plataforma [www.sandrasantosleiloes.com.br](http://www.sandrasantosleiloes.com.br)

**1º LEILÃO:** início a partir da inserção do presente edital no referido site, com encerramento no dia **13/08/2024 às 10:00 horas**.

**2º LEILÃO:** no dia **13/08/2024 às 10:20 horas** inicia o fechamento do 2º leilão.

**LANCE MÍNIMO:** No 1º leilão será aceito o maior lance, com valor igual ou acima da avaliação, e no 2º leilão serão aceitos lances a partir do valor mínimo determinado pelo Juiz.

Se não houver expediente forense na data designada, o leilão será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local.

Não havendo arrematantes, foram marcados novos leilões para as seguintes, datas; 1º leilão 14/09/2024 10:00 e 2º leilão 14/09/2024 10:20; 1º leilão 18/10/2024 10:00 e 2º leilão 18/10/2024 10:20; 1º leilão 09/11/2024 10:00 e 2º leilão 09/11/2024 10:20, 1º leilão 07/12/2024 10:00 e 2º leilão 07/12/2024 10:20; todos os leilões serão realizados através da plataforma eletrônica [www.sandrasantosleiloes.com.br](http://www.sandrasantosleiloes.com.br).

**DESCRIÇÃO DOS BENS:**

**LOTE 1:** Lote n 01-A (um-A), da subdivisão do lote n 01 (um) da quadra n 03 (três), situado no loteamento denominado JARDIM VERA CRUZ perímetro Urbano , cidade de Paranaíba, confrontando de um lado com 27,3080 metros, confronta com a avenida perimetral; outro lado 18,95 metros confronta com a Rua Rio Grande do Sul, e pelos fundos com 19,73 metros, confronta com o lote n 1-B; em referido terreno existe uma residência em alvenaria de laje em bom estado de conservação e telhas, imóvel matriculado no CRI da cidade de Paranaíba/PR, sob a matrícula número 031915.

**AVALIAÇÃO: R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais).**

**LANCE MÍNIMO EM PRIMEIRO LEILÃO: R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais).**

**LANCE MÍNIMO EM SEGUNDO LEILÃO: (65% da avaliação): R\$ 139.750,00 (cento e trinta e nove mil setecentos e cinquenta reais).**

**ENDEREÇO DE VISITAÇÃO:** : Lote n 01-A (um-A), da subdivisão do lote n 01 (um) da quadra n 03 (três), situado no loteamento denominado JARDIM VERA CRUZ, Paravavai/PR

**DEPOSITÁRIO: SANDRA MAURA DE ALCANTARA.**

**FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** Será sempre considerado vencedor o maior lance ofertado, observado o lance mínimo, independente da forma ou condição de pagamento que o arrematante venha a optar. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre a proposta de pagamento parcelado, desde que o lance seja no mesmo valor.

a) À VISTA: Ao optar pelo pagamento à vista o arrematante terá o prazo de 24 horas, para efetuar o pagamento do valor integral da arrematação, através de guia de depósito judicial, vinculada ao processo.

b) PARCELADO: Admite-se o pagamento parcelado, apenas pelo valor da avaliação, nos termos do artigo 895, §2º, do Código de Processo Civil, devendo o arrematante depositar 50% do bem à vista, e o valor remanescente deverá ser parcelado em até 12 parcelas mensais, corrigidas pelo INPC, mediante depósito judicial, de modo que o pagamento deve ser garantido pela hipoteca do próprio bem, uma vez que se trata de bem imóvel. Seja qual for a forma de pagamento, deverá o arrematante enviar o recibo de pagamento ao leiloeiro através do e-mail [sandraftantosleiloeira@gmail.com](mailto:sandraftantosleiloeira@gmail.com). Na hipótese de atraso no pagamento de qualquer parcela, incidirá multa de 10% sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (conforme art. 895 §4º da Lei 13.105/2015). O valor das parcelas deverá ser atualizado, mensalmente, desde a data da arrematação, conforme Tabela de Atualização Monetária do Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, devendo o montante ser quitado mediante guia de depósito judicial vinculada aos autos a que se refere o bem arrematado. Caso o vencimento de alguma parcela recaia em final de semana ou feriado, o mesmo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente. A arrematação de bem imóvel mediante pagamento parcelado do valor da arrematação, nos termos previstos neste edital, será garantida por hipoteca gravada sobre o próprio imóvel arrematado. Em caso de arrematação de bens móveis mediante pagamento parcelado, o juízo poderá condicionar a entrega do bem à quitação de todas as parcelas. Na hipótese de inadimplemento, o exequente poderá optar pela resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido. Caso seja pleiteada a resolução da arrematação, o arrematante, sem prejuízo das

demais sanções previstas na lei e ou neste edital, assim como sem prejuízo da apuração das eventuais perdas e danos, perderá o sinal de negócio já pago. Caso seja pleiteada a execução, todas as parcelas vincendas vencerão antecipadamente à data da parcela inadimplida, incidindo sobre o montante devido a multa prevista no art. 895 § 4º da Lei 13.105/2015, além das demais sanções eventualmente previstas neste edital e ou na legislação em vigor, arcando o arrematante inadimplente com as custas processuais e honorários advocatícios decorrentes da execução, tudo isso sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos, e de responsabilidade do arrematante a emissão da guia de pagamento das parcelas, no site do TJMG, bem como a correção do valor de referida parcela.

A proposta de pagamento a vista prevalece sobre a proposta de pagamentos parcelados.

**LANCES PELA INTERNET:** Os interessados em participar do leilão/praza poderão dar lances pela internet, por intermédio do site [www.sandrasantosleiloes.com.br](http://www.sandrasantosleiloes.com.br), para tanto deverão ser observadas e cumpridas as regras indicadas no referido site, não podendo, posteriormente, sob qualquer hipótese, alegar desconhecimento.

**TAXA DE LEILÃO:** Em caso de arrematação, será devido a Leiloeira 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante. Em caso de adjudicação, 2% sobre o valor atualizado do bem adjudicado, a ser paga pelo adjudicante. Em caso de remição ou acordo, 2% sobre o valor atualizado do bem, a ser paga pelo executado. Na hipótese de o bem ser arrematado, pelo exequente, será devida a comissão de 5% sobre o valor da arrematação. A comissão deverá ser integralmente paga no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo.

**INFORMAÇÕES:** pelo e-mail [sandrasantosleiloeira@gmail.com](mailto:sandrasantosleiloeira@gmail.com), pelo site [www.sandrasantosleiloes.com.br](http://www.sandrasantosleiloes.com.br), celular/WhatsApp (32) 98809-4182.

**DÍVIDAS E ÔNUS:** O arrematante arcará com os débitos que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários, conforme o artigo art. 130, Parágrafo único do Código Tributário Nacional. O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os débitos de condomínio (que possuem natureza *propter rem*) os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação. Em caso de adjudicação, arcará o adjudicante com todos os débitos do imóvel. Caberá ao interessado verificar a existência de débitos tributários e débitos de taxas condominiais, no caso dos bens imóveis, imóvel se registro de ônus no CRI.

**CONDIÇÕES GERAIS:** Aperfeiçoada a arrematação será expedida ata de arrematação e, conforme o caso, a ordem de entrega ou mandado de imissão na posse. Os bens serão entregues na condição em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. A venda dos bens imóveis será sempre considerada ad corpus, sendo que eventuais medidas constantes neste edital serão meramente enunciativas. Em caso de arrematação ou adjudicação de bem móvel, fica ao encargo do arrematante a retirada e transporte do bem do local onde o mesmo se encontra. Em caso de arrematação ou adjudicação de bem imóvel, caberá ao arrematante tomar as providências e arcar com os custos da desocupação do bem, caso o mesmo esteja ocupado. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos para eventual regularização do bem arrematado. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos da arrematação, inclusive para a expedição da respectiva carta de arrematação, se houver. Caberá ao arrematante tomar todas as providências e arcar com todos os custos para a transferência do bem junto aos órgãos competentes. Caberá ao arrematante arcar com todos os tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ICMS, ITBI, IRPF ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros. Em caso de desistência da arrematação o arrematante ficará obrigado a pagar uma multa de 20% sobre o valor da arrematação e ainda os 10% de comissão a leiloeira em caso de bens móveis e 5% em caso de bens imóveis, sem prejuízo de outras sanções, neste caso poderá ainda o leiloeiro, efetuar a venda ao lance subsequente, seguindo a ordem de lance.

A leiloeira, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigada a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Ficam, desde já, intimadas as partes os coproprietários, os interessados e, principalmente, os executados, credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem, caso não haja licitantes poderão ocorrer novos leilões com datas já predefinidas neste edital. A leiloeira, é apenas mandatária, não se enquadrando assim, como fornecedor intermediário ou comerciante, se eximindo assim de qualquer responsabilidade no bem alienado, nos termos do CPC.

Londrina/PR, 05/06/2024.

---

JUIZ DE DIREITO